

**O SUBITO E ESTRANHO “AMOR “ DE SÓCRATES PELO INVESTIMENTO PÚBLICO: nos últimos 4 anos, com Sócrates, o investimento público em Portugal diminuiu em 32,3%****RESUMO DESTE ESTUDO**

Sócrates converteu-se repentinamente num defensor ardente do investimento público, apresentando isso como um ponto importante que o diferenciaria de Manuela Ferreira Leite. E isto quando nos últimos quatro anos foi precisamente o seu governo que mais reduziu o investimento público em Portugal.

De acordo com o Eurostat, em 2004, o investimento público total em Portugal correspondia a 3,1% do PIB mas, em 2008, era já apenas de 2,1% do PIB. Portanto, em quatro anos de governo de Sócrates, o investimento público em Portugal, em percentagem do PIB, diminuiu em 32,3%.

Neste mesmo período, o investimento público nos países da União Europeia (27 países) aumentou, em média, de 2,4% do PIB para 2,7% do PIB, portanto cresceu 12,5%. Em 2004, ou seja, antes do governo de Sócrates tomar posse, o investimento público, medido em percentagem do PIB, era em Portugal superior à média da UE27 (em Portugal 3,1% do PIB; na UE27:2,4% do PIB), mas em 2008, portanto depois de quatro anos de governo de Sócrates, já se verificava precisamente o contrário, pois o investimento público em Portugal já era inferior à média da UE27 (2,7% do PIB na UE27, e apenas 2,1% do PIB em Portugal). É evidente que esta quebra tão acentuada no investimento público em Portugal contribuiu para a dimensão que a crise está a atingir no nosso país, na medida que o deixou, sob o ponto de vista económico e social, extremamente fragilizado e, portanto, não preparado para enfrentar uma crise como a actual.

Por outro lado, muitos dos distritos do País menos desenvolvidos e com mais graves problemas sociais foram os mais sacrificados com esta política de redução do investimento público do governo de Sócrates, pois foram precisamente esses distritos que sofreram maiores cortes. Entre 2005 e 2009, o investimento público feito através do PIDDAC diminuiu de 6.724 milhões para apenas 4.061 milhões de euros, ou seja, sofreu um corte de -39,6% em valores nominais. Em termos reais a redução foi de -45,5%. No entanto, se analisarmos a variação por distritos durante este período constata-se que alguns dos distritos mais atingidos pelos cortes de investimento públicos feitos pelo governo de Sócrates foram precisamente distritos menos desenvolvidos ou com graves problemas sociais. Assim, entre 2005 e 2009, o investimento público feito através do PIDDAC diminuiu, mesmo em termos nominais, no distrito de Aveiro em -56,%; no de Castelo Branco em -68,1%; no de Coimbra em -54,6%; no de Évora em -61,3%; no de Faro em -61,9%; no de Leiria em -62,9%; no de Portalegre em -67,8%; e no de Santarém o investimento público diminuiu em -73,2%. Como consequência desta política também discriminatória seguida por Sócrates as assimetrias regionais, que eram graves, devem ter aumentado ainda mais no País.

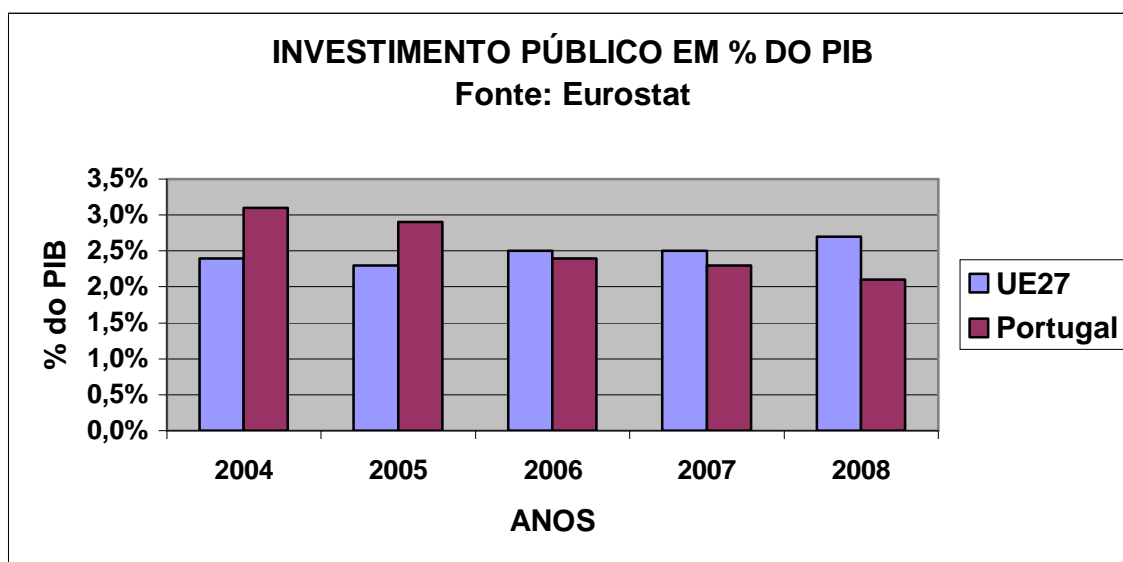
Mas esta crítica à política de Sócrates não deve fazer esquecer que a defendida por Manuela Ferreira Leite não é melhor. Quem se dê ao trabalho de ler o programa eleitoral do PSD ficará certamente surpreendido com a falta de consistência técnica dos argumentos utilizados contra o investimento público. Assim, logo no princípio, na pág. 8, o PSD manifesta a sua oposição ao investimento público nos seguintes termos: “O novo modelo económico (que o PSD defende em oposição ao do PS) tem de assentar prioritariamente nas exportações e no investimento privado, nacional e estrangeiro, substituindo a actual prioridade baseada no consumo, privado e público, e no investimento público”. Para Manuela Ferreira Leite uma redução de -32,3% no investimento público total, e de -45,5% no PIDDAC, como se verificou com Sócrates, ainda não é suficiente. É de perguntar: Como se pode apostar nas exportações quando elas estão em queda livre (até Junho de 2009, as exportações portuguesas caíram 26%) e no investimento privado, quando ele está em quebra acentuada (até ao 2º Trimestre de 2009, a quebra no investimento já atingiu -16,6%)?. Como se pode estar contra o consumo interno quando é ele que garante o bem estar da população e está a impedir que recessão da economia ainda seja mais grave? Uma política económica como a defendida pelo PSD de Manuela Ferreira Leite só poderá levar ao descalabro económico e social ainda maior, com um aumento vertiginoso do desemprego. Se esta crise teve alguma coisa de útil, mas parece que Manuela Ferreira Leite não aprendeu nada, foi mostrar a falência de um modelo de crescimento económico baseado fundamentalmente nas exportações ( “o crescimento milagroso” de que falavam alguns dos teóricos do neoliberalismo em Portugal), na “auto-regulação dos mercados”, e na redução do papel do Estado na economia. A nova política económica a sair desta grave crise financeira internacional e desta recessão mundial terá ser uma política em que o papel do Estado e, conseqüentemente também o investimento público, terá de aumentar significativamente. Nada poderá ficar como antes depois dos gigantescos apoios dados com dinheiros públicos aos bancos e às grandes empresas privadas. Se a política seguida no passado, de total submissão aos grandes grupos, não mudar radicalmente, corre-se o risco sério de novas crises no futuro ainda mais graves e profundas, com custos económicos e sociais ainda muito maiores que os actuais. Só uma direita agarrada à defesa dos interesses de uma minoria privilegiada é que ainda não compreendeu isso e se opõe a essa mudança.

Sócrates converteu-se repentinamente num defensor ardente do investimento público, apresentando este “novo amor”, que está também nas págs. 13 e 14 do programa eleitoral do PS, como uma das coisas que o diferenciaria de Manuela Ferreira Leite. Apesar da presidente do PSD se opor ao investimento público, no entanto esta mudança repentina e radical de Sócrates não deixará de espantar quem o oiça. E isto porque durante toda esta legislatura, o seu governo foi aquele que mais reduziu o investimento público em Portugal. Efectivamente, Sócrates dominado pela obsessão do défice orçamental, para o reduzir, sem olhar a meios, sacrificou todo o investimento publicou e levou à falência técnica muitas empresas públicas (CP, Metro, REFER, TAP), já que obrigou estas empresas a suportarem a totalidade dos investimentos em infra-estruturas que tiveram de fazer, apesar disso ser também responsabilidade do Estado, contribuindo assim para a grave crise que o País actualmente enfrenta, porque o deixou extremamente fragilizado, tanto na económica como socialmente. É o que se vai provar neste estudo utilizando dados oficiais.

#### ENTRE 2004 E 2008, O INVESTIMENTO PUBLICO EM PORTUGAL DIMINUIU 32,3%

Segundo o Eurostat, que é o serviço oficial de Estatística da União Europeia, entre 2004 e 2008, o investimento público, medido em percentagem do PIB, diminuiu em Portugal, enquanto na União Europeia, em média, aumentou. O gráfico seguinte, construído com dados divulgados pelo Eurostat, mostra precisamente isso de um forma clara.

GRÁFICO I



De acordo com o Eurostat, em 2004 o investimento público em Portugal correspondeu a 3,1% do PIB mas , em 2008, já foi apenas de 2,1% do PIB. Portanto, em quatro anos de governo de Sócrates, o investimento público em Portugal diminuiu em 32,3%. Neste mesmo período, o investimento público nos países da União Europeia (27 países) aumentou, em média, de 2,4% do PIB para 2,7% do PIB, portanto cresceu 12,5%. Em 2004, ou seja, antes do governo de Sócrates tomar posse, o investimento público, medido em percentagem do PIB, era em Portugal superior à média da UE27 (em Portugal 3,1% do PIB; na UE27:2,4% do PIB), mas em 2008, portanto quatro anos depois de Sócrates tomar posse como 1º ministro, já se verificava precisamente o contrário, pois o investimento em Portugal já era inferior à média da UE27 (2,7% do PIB na UE27, e apenas 2,1% do PIB em Portugal). É evidente que esta quebra tão acentuada no investimento publico em Portugal contribuiu para a dimensão que a crise está a atingir no nosso país, na medida que o deixou, sob o ponto de vista económico e social, extremamente fragilizado e, portanto, não preparado para enfrentar uma crise como a actual.

#### COM SÓCRATES, O PIDDAC DIMINUIU ENTRE 2005 E 2009, EM TERMOS REAIS, EM -45,5%, E AS DESIGUALDADES ENTRE DISTRITOS AGRAVARAM-SE

O PIDDAC, que é o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, portanto o plano de investimentos mais importante do Estado, por um lado, sofreu uma forte redução com Sócrates e, por outro lado, agravou a desigualdade na distribuição do investimento público entre os diferentes distritos, sendo fortemente penalizados os distritos menos desenvolvidos e com maiores problemas sociais, como mostra o quadro seguinte, construído com dados dos Relatórios que acompanhavam os Orçamentos do Estado no período 2005-2009.

**QUADRO II- Repartição por distritos do investimento público feito através do PIDACC  
no período 2005-2009**

DISTRITOS	REPARTIÇÃO DO PIDACC POR DISTRITOS-2005-09					VARIÇÃO 2005-2009	
	2005 Mil €	2006 Mil €	2007 Mil €	2008 Mil €	2009 Mil €	Em %	Em Mil euros
<b>TOTAL PIDACC</b>	<b>6.724.022</b>	<b>4.853.534</b>	<b>4.978.135</b>	<b>3.616.091</b>	<b>4.061.038</b>	<b>-39,6%</b>	<b>-2.662.984</b>
<b>Continente</b>	6.245.172	4.432.081	4.168.015		3.203.648	<b>-48,7%</b>	<b>-3.041.524</b>
Aveiro	254.789	219.331	127.449	63.581	111.483	<b>-56,2%</b>	<b>-143.306</b>
Beja	134.692	91.300	79.524	92.997	71.579	<b>-46,9%</b>	<b>-63.113</b>
Braga	182.649	110.632	72.390	62.285	100.145	<b>-45,2%</b>	<b>-82.504</b>
Bragança	94.711	59.149	65.611	45.135	88.611	<b>-6,4%</b>	<b>-6.100</b>
Castelo Branco	124.805	127.441	62.962	62.132	39.777	<b>-68,1%</b>	<b>-85.028</b>
Coimbra	231.777	168.737	148.911	140.458	105.214	<b>-54,6%</b>	<b>-126.563</b>
Évora	151.891	105.688	81.991	71.700	58.801	<b>-61,3%</b>	<b>-93.090</b>
Faro	262.268	171.857	105.165	95.225	99.991	<b>-61,9%</b>	<b>-162.277</b>
Guarda	103.284	75.066	68.113	57.891	55.414	<b>-46,3%</b>	<b>-47.870</b>
Leiria	120.171	91.832	50.028	52.072	44.555	<b>-62,9%</b>	<b>-75.616</b>
Lisboa	1.169.517	766.311	510.528	480.171	400.217	<b>-65,8%</b>	<b>-769.300</b>
Portalegre	85.973	55.641	59.697	45.328	27.670	<b>-67,8%</b>	<b>-58.303</b>
Porto	1.202.379	542.276	323.835	282.527	351.487	<b>-70,8%</b>	<b>-850.892</b>
Santarém	233.431	150.080	92.927	48.429	62.559	<b>-73,2%</b>	<b>-170.872</b>
Setúbal	219.963	192.576	131.786	93.866	178.573	<b>-18,8%</b>	<b>-41.390</b>
V. Castelo	54.771	35.443	44.047	27.989	42.393	<b>-22,6%</b>	<b>-12.378</b>
Vila Real	106.341	61.380	70.106	51.957	72.928	<b>-31,4%</b>	<b>-33.413</b>
Viseu	125.731	74.617	60.515	54.653	70.699	<b>-43,8%</b>	<b>-55.032</b>
RA Madeira	24.006	11.355	18.519		5.472	<b>-77,2%</b>	<b>-18.534</b>
RA Açores			10.557		36.801		<b>36.801</b>
Vários distritos	1.386.028	1.332.728	2.012.424	984.655	1.223.550	<b>-11,7%</b>	<b>-162.478</b>

FONTE : Relatório do OE de 2005, 2006, 2007, 2008, e 2009- Ministério das Finanças

Entre 2005 e 2009, o investimento público feito através do PIDACC diminuiu de 6.724 milhões para apenas 4.061 milhões de euros, ou seja, sofreu um corte de -39,6%, apesar do Orçamento de Estado para 2009 ter sido aprovado (Dezembro/2008) quando já era evidente a gravidade da crise internacional. Em termos reais o corte foi ainda maior (-45,5%) já que os 4.061 milhões de euros para 2009 correspondem apenas a 3.661,3 milhões de euros a preços de 2005. Se analisarmos a variação por distritos durante este período constata-se que alguns dos distritos mais atingidos pelos cortes de investimento públicos feitos pelo governo de Sócrates foram precisamente distritos menos desenvolvidos ou com graves problemas sociais. Assim, entre 2005 e 2009, o investimento público feito através do PIDACC reduziu-se, a preços correntes, em -39,6% a nível nacional. No entanto, a preços também correntes, no distrito de Aveiro a redução no investimento público, durante o governo de Sócrates atingiu -56,%; no de Castelo branco -68,1%; no de Coimbra -54,6%; no de Évora -61,3%; no de Faro -61,9%; no de Leiria -62,9%; no de Portalegre -67,8%; e no de Santarém -73,2%. Como consequência desta política também discriminatória seguida pelo governo de Sócrates as assimetrias regionais inevitavelmente aumentaram no nosso País. É evidente que, em termos reais, ou seja, deduzindo o efeito do aumento dos preços verificado entre 2005 e 2009, os cortes foram ainda maiores.

Perante as conclusões que se tiram destes dados e dos analisados anteriormente a pergunta que naturalmente se coloca é a seguinte: Será que este repentino “novo amor” de Sócrates pelo investimento público não será falso e de curta duração tendo apenas como objectivo “caçar votos”? E que ultrapassadas as eleições e a fase mais grave da crise também esse “amor” será posto de lado como sucedeu com muitas outras promessas feitas por Sócrates (criação de emprego, não aumento de impostos, etc.)? Estas perguntas e dúvidas ainda se tornam mais pertinentes quando se lê o programa eleitoral do PS de Sócrates que diz na pág. 41 que um dos objectivos de um governo PS na próxima legislatura será o de “prosseguir com a consolidação das finanças públicas”. E já sabemos que Sócrates utiliza estas palavras para ocultar a sua “obsessão pela redução do défice orçamental”.

**MANUELA FERREIRA LEITE CONSIDERA QUE OS CORTES DE 32,3% NO INVESTIMENTO PÚBLICO TOTAL E DE 45,5% NO PIDDAC FEITO POR SÓCRATES AINDA NÃO SÃO SUFICIENTES**

Apesar da crítica que fazemos a Sócrates por este repentino e só agora “amor “ pelo investimento público, é preciso não esquecer que Manuela Ferreira Leite e o actual PSD, e também o CDS, não têm uma posição melhor contra o investimento . E para justificar essa oposição ao investimento publico utilizam as PME´s, procurando criar a falsa ideia junto da opinião publica que investimento público é incompatível com o apoio às PME´s. Quem se dê ao trabalho de ler o programa eleitoral apresentado pelo PSD não deixará de ficar surpreendido com a falta de consistência técnica dos argumentos utilizados por este partido para justificar a sua oposição ao investimento público.

Assim, logo no principio do seu programa eleitoral, na pág. 8, o PSD manifesta a sua oposição frontal ao investimento público nos seguintes termos: “O novo modelo económico (que o PSD defende em oposição ao do PS) tem de assentar prioritariamente nas exportações e no investimento privado, nacional e estrangeiro, substituindo a actual prioridade baseada no consumo, privado e público, e no investimento público”. Portanto, Manuela Ferreira Leite considera que o corte feito por Sócrates no investimento publico total de -32,3%, e de -45,5% no PIDDAC não é ainda suficiente. E por isso pretende ainda reduzi-lo mais se for governo. É de perguntar: Como se pode apostar nas exportações quando elas estão em queda acentuada (até Junho de 2009, as exportações portuguesas diminuíram 26% relativamente a igual período de 2008) e no investimento privado, quando este está em quebra significativa (a previsão do Banco de Portugal é uma redução de 14% no investimento total este ano)?. Uma politica económica como a defendida pelo PSD de Manuela Ferreira Leite só poderá levar ao descalabro económico e social, com um aumento muito maior do desemprego. Se esta crise teve alguma coisa de útil, que parece que Manuela Ferreira Leite ainda não aprendeu, foi mostrar a falência de um modelo de crescimento económico baseado fundamentalmente nas exportações ( “o crescimento milagroso” de que falavam alguns dos teóricos do neoliberalismo em Portugal), na auto-regulação dos mercados”, e na redução do papel do Estado na actividade económica.

**Eugénio Rosa**  
**Economista**  
[edr2@natecabo.pt](mailto:edr2@natecabo.pt)  
**3.9.2009**